

CULTURA MIGRANTE NA BAIXADA MARANHENSE

Raimundo Inácio Souza Araújo
Professor do COLUN/UFMA, Mestre em Ciências Sociais(UFMA)
inacio_araujo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Um dos temas mais discutidos na contemporaneidade é o da dinâmica cultural face aos tempos de globalização. Entre posições múltiplas e por vezes divergentes, os estudiosos têm destacado a complexidade do processo de aproximação das diversas partes do mundo, a criação de uma cultura mundial homogênea, e, ao mesmo tempo, o irromper de particularismos e de uma valorização daquilo que é específico, da cultura local (ORTIZ, 1994; BAUMAN, 1999).

Apesar das divergências, parece ser consensual a percepção da rapidez com que os modos de vida e as visões de mundo estão sendo alterados pela presença cada vez mais intensa de elementos culturais de outros povos e localidades, o que foi possível graças aos avanços tecnológicos nas áreas de mídia, transportes e comunicação.

Essa dinâmica parece se dar de maneira mais destacada nos chamados países em desenvolvimento, onde a moderna tecnologia convive com culturas tradicionais fortemente estabelecidas. Nesses casos, a implantação de mudanças culturais pode levar à modificação desses traços arcaicos e a um sentimento de perda de identidade.

O Estado do Maranhão parece enquadrar-se sob medida nesse cenário. Um dos Estados mais pobres da federação, com imensa maioria de sua população vivendo no campo ou em áreas periféricas dos centros urbanos, o Maranhão é um exemplo bastante significativo da convivência entre o moderno e o tradicional (COSTA, 2002, p. 03). Entretanto, seria equivocado pensar que a dinâmica cultural contemporânea estaria destinada a superar traços culturais considerados como arcaicos, atrasados, ou primitivos, em prol de uma cultura dita moderna, contemporânea. Isso seria repetir a visão linear e teleológica vigente no Brasil do final do século XIX, que identificava nos nossos traços culturais mestiços a sentença condenatória da nação brasileira ao atraso (SCHWARCZ, 1993).

Talvez possamos buscar à UNESCO a definição de *Patrimônio imaterial*, segundo a qual, há lugares, saberes, festividades e formas de fazer tradicionais que merecem, não um congelamento irreal, uma manutenção fictícia de determinadas práticas culturais, mas a produção de conhecimento sobre essas diferentes maneiras de sobrevivência real e

simbólica criadas pela humanidade no decurso de sua história, sem o registro das quais estaríamos cada vez mais pobres (PATRIMÔNIO, 2009).

@ @ @

Historicamente falando, a Baixada Maranhense funcionou, até a abolição da escravidão no final do século XIX, como ‘celeiro do Estado’ (VIVEIROS, 1975, p. 26), responsável por abastecer de matérias-primas e víveres as regiões ligadas ao mercado externo. Segundo a historiografia local, com a crise decorrente da abolição, essa região teria ‘involuído’ a uma condição precária, apenas para fins de subsistência (TRIBUZI, 1981). Os grandes projetos instalados no Estado a partir da década de 70, a exemplo do Programa Grande Carajás e do Centro de Lançamentos de Alcântara, dinamizaram a economia da região, dando-lhe novos horizontes (ALMEIDA, 1995).

Minhas indagações intelectuais a respeito da cultura dessa região consolidaram-se com a leitura do livro *A Cidade Antiga*, de Fustel de Coulanges. Nesse livro, o autor expõe uma metodologia e uma descoberta surpreendentes: a cultura helênica clássica teria sido marcada por um conflito secular entre antigas crenças e práticas e uma cultura nova, mais racionalizada. Ambas teriam coexistido no tempo e no espaço, embora a primeira estivesse progressivamente sendo diluída nas novas formas de organização. A bem da verdade, segundo o autor, as crenças ancestrais a que ele se refere já estavam irremediavelmente extintas, exceto por sua permanência no âmbito de realidades que seguem um ritmo muito mais lento do que a dinâmica da vida ordinária: as crenças, os ritos, as leis e a linguagem, repositórios insuspeitos do passado, palcos da longa duração. A reconstituição dessa cultura antiga se dá através do exame minucioso das fórmulas rituais, dos dizeres tradicionais, das mudanças e permanências na legislação, etc¹ (COULANGES, 1961, p. 12).

A descoberta e a metodologia de Coulanges reverberaram sobre um incômodo antigo, uma curiosidade sobre o passado específico de minha família, mas que, de algum modo, eu entendia ser uma realidade mais ampla do que a recuperação de uma trajetória familiar específica, ou do que um tradicional conflito entre gerações. Eu percebia ao meu redor, nas maneiras de falar, de se portar, de trabalhar, de comer, ou seja, na cultura de minha região, a Baixada Maranhense, um estado dúbio, a meio caminho entre dois pólos. As metáforas e os dizeres populares não tinham sentido se interpretados à luz do cotidiano atual

¹ Foucault, ao discutir o mito de Édipo, também atentou para essa convivência entre dois modelos culturais na cultura grega clássica. No que toca à esfera do direito, haveria também duas maneiras de se apreender a verdade, duas formas jurídicas de prova (FOUCAULT, 2005, p.30).

da maioria dos moradores da região, e apontavam para uma ordem social e cultural bem diversa daquela em que nasci. Os momentos em que essa alteridade se me apresentava estavam diretamente relacionados ao espaço das memórias, das estórias, à narrativa dos mais velhos².

O incômodo a que me refiro é duplo: em primeiro lugar, uma alteridade se apresentava nessas ocasiões, exigindo uma interpretação; em segundo lugar, o texto em que essa alteridade se apresentava parecia-me ficar menos legível com o passar do tempo. Essas situações se repetiam com frequência: não conseguir entender um ditado utilizado por alguém mais velho, ou por pessoas para quem, de alguma maneira, esses códigos culturais ainda eram perfeitamente válidos; ser motivo de chacota por não conhecer os peixes da região ou por não apreciar seu sabor.

Clifford Geertz, em sua concepção semiótica de cultura, compara-a a um texto ou uma piada a serem interpretados (GEERTZ, 1978, p. 19). Minha renitente ignorância em proceder a essa interpretação em minha cidade natal me levava a crer que estava diante de uma cultura outra, se comparada com o modo de vida na região nos últimos 30 anos. Nesse caso, proceder à interpretação dessa cultura seria auxiliar no processo de entendimento do que seria(m) a(s) identidade(s) dos habitantes da Baixada Maranhense e de sua(s) especificidade(s) em relação ao Estado do Maranhão.

Para melhor colocar o problema aqui discutido, é necessário discutir brevemente o processo de ocupação do território maranhense, para compreender algumas particularidades desse Estado.

2 A CRISE DA LAVOURA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

A partir do século XVI, inicia-se o povoamento do território (no que toca ao processo colonizatório): pelo norte, a corrente litorânea e, pelo sul, posteriormente, a chamada corrente pastoril. A primeira estava ligada ao movimento oficial de colonização, empreendido pelo Estado português. É a corrente que buscava implantar a lucrativa estrutura agro-

² O vocabulário utilizado pelos moradores dessa região tem uma forte ligação com a atividade pecuária, o que fica patente pelas metáforas utilizadas corriqueiramente em seus diálogos. Dona Manir (Maria de Jesus Amorim Soares), por exemplo, contava como apanhara de sua mãe ao responder atrevidamente à reclamação dela de que visitava em demasia um rapaz vizinho e que deveria evitar esse comportamento: “eu não furtei nenhuma rês dele (gado), então por que não posso ir até lá?”; certa vez, S. Raimundo queixou-se de que não agüentava mais a presença do irmão em sua casa, em busca de um empréstimo, utilizando os seguintes termos: “Ele não para de me vaquejar!”.

exportadora, com mão-de-obra africana escravizada. É a corrente que reúne a cruz e a espada, com a presença das ordens religiosas.

Do sul do Estado, por sua vez, vinha a corrente pastoril, fundada na atividade da pecuária, que adentrava o interior brasileiro em busca dos pastos indisponíveis nas proximidades da cultura agro-açucareira de Pernambuco e da Bahia. Utilizando mão-de-obra livre, essa corrente era formada principalmente por migrantes nordestinos. Apenas no século XVIII ocorreu o encontro entre as duas frentes, o que não impediu que esses dois espaços se consolidassem como sócio-culturalmente distintos, entre outras razões, pelas dificuldades de comunicação por terra³.

A História do Maranhão, portanto, é a história de dois processos de ocupação do meio culturalmente distintos. A história do sul do Estado, o percurso dos “Caminhos do Gado”, explorado por Maria do Socorro Cabral em livro de mesmo título, é a história da ocupação levada adiante por pessoas simples, vaqueiros e migrantes, desassistido pelo Estado, e por isso mesmo, de uma dinâmica menos acentuada.

A história do norte é o que poderíamos chamar de História Oficial. É a História da agro-exportação, da grande lavoura, e das regiões que gravitavam em torno dela. Para o conjunto de historiadores que a construíram, a abolição da escravidão e a crise da grande lavoura teriam decretado o início da “decadência” do Estado.

Essa ‘história do norte’, entendida como uma História de todo o Maranhão, tem sofrido muitas críticas desde a década passada, pois tentaria fixar uma trajetória e uma identidade únicas, relegando a segundo plano experiências significativas de regiões consideradas periféricas sob a ótica da acumulação de capital. (COSTA, 2001, p. 80; ALMEIDA, 1982).

Cabe ressaltar que a cidade de São Luís do Maranhão, capital do Estado, logrou preservar um traço importante dessa história da agro-exportação na América Portuguesa. Em virtude dos problemas relativos à decadência da atividade agro-exportadora a partir do final do século XIX e da ausência de uma ligação rodo-ferroviária efetiva entre o Maranhão e os setores dinâmicos da nascente economia industrial no sudeste, São Luís não viveu a experiência da renovação/destruição urbana ocorrida na então capital da república, o Rio de Janeiro, além de outras cidades (SEVCENKO, 1998). O isolamento econômico teve como consequência a preservação do casario colonial, hoje celebrado como marco identitário do

³ O resultado desse processo duplo de ocupação é o que Trovão classifica como distintos perfis maranhenses: “Isto criou dois perfis sócio-humanos. O antigo, português e de herança escravocrata; o novo, de “virtudes” nordestinas, especialmente cearenses e piauienses” (TROVÃO, 2008, p.34).

Estado, mas causa de vergonha e sentimento de ligação ao passado no início do século, quando a elite política e intelectual do país aspirava por modernização (SCHWARCZ, 1993).

No momento de maior pujança da atividade agro-exportadora, as pequenas cidades e povoados que gravitavam em torno da capital do Estado funcionavam como abastecedores dos núcleos de exportação com gêneros tais como: aguardente de cana, farinha de mandioca, arroz, pecuária bovina, etc. (VIVEIROS, 1975, p. 26). De fato, praticamente todas as cidades do interior tiveram sua origem em grandes fazendas, a exemplo de Pinheiro, evoluindo posteriormente para a condição de Povoados.

Levando-se em conta o que ocorreu à São Luís, centro do sistema, devido à chamada “hecatombe” de 1888, poderíamos supor o que ocorreu à periferia. As fazendas foram vendidas a preços reduzidos, houve grande movimentação populacional em virtude dos deslocamentos para a capital, bem como de uma maior mobilidade dos ex-escravos, em busca de locais para morar (WISSENBACH, 1998, p. 56).

Esse fato é representado pela historiografia maranhense tradicional como “o fim da história”, capítulo final da decadência jamais superada pelo Estado, mote, inclusive, do discurso de posse, em 1966, do jovem governador José Sarney (COSTA, 1999, p. 80). Para pensar o Maranhão pós-abolição em outros termos além da chamada ‘Ideologia da Decadência’ é necessário buscar uma voz dissidente: Raimundo Lopes.

2.1 Raimundo Lopes e o início do predomínio da pequena lavoura

Para o geógrafo Raimundo Lopes, autor de *Uma região tropical*, livro considerado de fundamental importância para o pensamento do Maranhão enquanto região geográfica, a abolição da escravidão não teria sido uma hecatombe para o Estado, mas o início do predomínio da pequena lavoura sobre o setor agro-exportador, característica marcante do Estado em todo o século XX. A vida econômica maranhense, a partir desse momento, está relacionada diretamente à produção familiar em pequena escala, a partir da ocupação das terras devolutas por ex-escravos e brancos pobres⁴.

⁴ Apesar de não entender a abolição como uma hecatombe, mas como uma passagem para um novo momento econômico, Lopes tece críticas a essa economia de subsistência: I) Ela está marcada pelo atraso e a rotina, é preciso modernizá-la; II) O desuso advindo da falência do modelo agro-exportador consolidou o isolamento das áreas, isolamento que é necessário superar, sob pena da fragmentação cultural do Estado. Lopes cita três grandes regiões, isoladas, e com um perfil psicoetnico distinto das demais: a região amazônica, o alto sertão e o sul pecuarista.

Uma das regiões inicialmente voltadas para o provimento dos núcleos agro-exportadores, era a Baixada Maranhense, que compreende os municípios próximos ao Golfão, a exemplo de Alcântara, Pinheiro, Cururupu, São Bento, etc. Inicialmente formada por grandes fazendas que enviavam víveres para São Luís, evoluindo para povoados e cidades, posteriormente, a partir da abolição ela volta-se para si mesmo, caracterizando-se por uma economia de subsistência e pelo isolacionismo econômico.

Vimos acima que o isolamento econômico da capital do Estado possibilitou-lhe a preservação do casario colonial, símbolo do fausto da aristocracia algodoeira. As regiões periféricas ao sistema não gozaram do mesmo tipo de prosperidade, mas seu isolamento pós-abolição também contribuiu para uma criação e uma preservação, porém de outra ordem.

3 A BAIXADA E A CULTURA MESTIÇA DO INTERIOR BRASILEIRO

As regiões do interior do Estado, bem como certos bairros da própria capital, passam por um grande movimento migratório: de um lado, o abandono das fazendas pelos senhores e suas famílias, rumo a São Luís; de outro, a chegada dos ex-escravos, que, junto aos homens livres e pobres, ocupam as regiões abandonadas⁵. Essas localidades tornam-se o laboratório de formação de uma cultura particular, sincrética, que mistura traços ibéricos, africanos e indígenas, em maior ou menor grau, em virtude de sua localização específica.

Para M. C. C. Wissenbach, está em gestação a cultura do interior brasileiro, do caboclo sertanejo, no mesmo momento em que o surto modernizador vindo das metrópoles européias chega às capitais brasileiras (embora já tenhamos observado o retardo desse movimento em relação à São Luís).

Essa cultura, entendida como conceito antropológico, seria uma forma específica de interagir com o meio, criando expedientes materiais e imateriais facilitadores da sobrevivência integral de uma comunidade determinada, sob condições determinadas (LARAIA, 2004, p. 65). Para Wissenbach, não é por acaso, por exemplo, que as casas construídas pela população pobre eram caracteristicamente marcadas pela simplicidade e fragilidade: eram obras feitas para o abrigo passageiro de uma população em contínuo movimento, em busca de melhores condições de vida, ou de esperanças ventiladas pelo boca-a-boca (WISSENBAACH, 1998, p. 59).

⁵ A História da Cidade de Alcântara, nesse sentido, é emblemática: abandonada pelos senhores, é ocupada pelos ex-escravos, que passam a ocupar os casarões da elite alcantareense, formando os núcleos quilombolas atuais.

Casas simples, profundo conhecimento da flora e da fauna locais (provavelmente adquiridos aos indígenas), religiosidade intensa e um mundo mágico, encantado, povoado de seres sobrenaturais. Com muitas variações, essa era a cultura popular em gestação nas áreas rurais do Brasil pós-abolição.

A região da Baixada Maranhense a que estamos nos referindo viveu igualmente esta experiência. A falência do modelo agro-exportador confinou essa região ao contato apenas com as localidades mais próximas, configurando um ambiente de marasmo, tempo que não passa, típico daquele que, segundo Walter Benjamin, daria vida à narração (BENJAMIN, 1994, p. 206).

Isso contribuiu para que essa região compartilhasse uma maneira própria de falar, crenças próprias, bem como um folclore característico. A cultura cabocla do interior do Estado do Maranhão, considerada por Raimundo Lopes como aquela genuinamente maranhense ('substrato de sua população'), foi preservada na região da Baixada Maranhense – assim como o casario colonial da capital – em virtude do isolamento econômico do Estado, mal servido de rodovias até meados da década de 70. As práticas culturais dessa localidade refletiam a intensa sincretização ocorrida no Brasil a partir do final do século XIX. As últimas décadas do século passado, porém, trouxeram grandes modificações para a região, introduzindo-a no ciclo desenvolvimentista da década de 70. Esse contexto conduziu a novas levadas migratórias, dos povoados rurais para as sedes das pequenas cidades da região, em busca de novas oportunidades de trabalho e de escolarização.

Esse processo tem se acentuado cada vez mais, com o advento da internet e o fenômeno da desterritorialização (ORTIZ, 1994). A tal ponto que observamos uma cisão entre a cultura dos mais velhos e a maioria dos jovens moradores da Baixada, que acarretam grandes dificuldades de comunicação e conflitos. Os mais velhos queixam-se, irados ou saudosos, de que "no meu tempo não era assim" e remetem a um modo de vida totalmente outro em relação ao que estão atualmente inseridos. A saudade da vida que viveram faz com que muitos aspirem, na velhice, ao retorno a seus povoados de origem, para lamentar novamente o fato de que "não tem mais a Chapada de antigamente".

Penso que o estudo da região da Baixada Maranhense mostra-se como uma "temática estratégica, lugar privilegiado de análise" (COSTA, 1999) para se discutir os impactos culturais do chamado desenvolvimento econômico, visto que essa região está passando de maneira radical por esse processo, em virtude da implantação do CLA, da melhoria do sistema de transporte hidroviário e da abertura/reforma de rodovias

interessadas. Essa discussão, entretanto, transcende os aspectos econômicos, e deixa entrever-se, sobretudo, nos relatos dos moradores da região, para os quais as maiores transformações estão resumidas na dificuldade de interpretar a realidade atual à sua volta.

REFERÊNCIAS

FONTES

Entrevistas realizadas com:

Inácio Pereira Martins – Pinheiro, 2009.

Maria da Graça Souza – Pinheiro, 2009.

José Raimundo Araújo – Pinheiro, 2008.

Maria de Jesus Amorim Soares – Pinheiro, 2007.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. **Da terceira margem eu so(u)rrio**. In: _____ . História: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. **A ideologia da decadência**: uma leitura antropológica da história da agricultura no Maranhão. São Luís: FIPES, 1982. 228p.

_____. Movimentos sociais na Amazônia. **Rev. Debates**, CESE, n. 4, v. 5, jan. 1995

_____. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio**: uso comum e conflito. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

ANDRADE, Maristela de P. São intransigentes os quilombolas?. **Folha de São Paulo**, 28 fev. 2009. Caderno Opinião, p. 02.

_____. **Terra de índio**: terras de uso comum e resistência camponesa. São Paulo: FFLCH; USP, 1990 (mimeog.).

ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza Araújo. **Discurso, disciplina e resistências**: as visitas pastorais no Maranhão setecentista. São Luís: EDUFMA, 2009.

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAYARD, P. **Como falar dos livros que não lemos?**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. P. 197-221.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CALLIGARIS, Contardo. Volta de Paraty. **Folha de São Paulo**, 10 jul. 2008. Ilustrada, p. 02.

CALVINO, Ítalo. **A palavra escrita e a não-escrita**. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. Usos e abusos da História Oral. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CHOAIRY, Antônio C. C. **Alcântara vai para o espaço**: a dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. São Luís: Edições UFMA-PROIN-CS, 2000.

COSTA, Cássio Reis. **A Baixada Maranhense**. São Luís: SIOGE, 1982.

COSTA, Wagner Cabral da. **Ruínas Verdes**: Tradição e Decadência nos Imaginários Sociais. In: Revista Cadernos de Pesquisa. PPPDT/UFMA. São Luís: EDUFMA, 2001. pp. 79-105.

_____. **Maranhão Novo / Novo Tempo**: Quais os tempos da oligarquia? São Luís: 2002. (mimeo).

COULANGES, N. D. Fustel de. **A Cidade Antiga**: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: EDAMERIS, 1961.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração**: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Ed. UFMT; Carlini & Caniato Editorial, 2006. 272p.

LARAIA, R. de B. **Cultura**, um conceito antropológico. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

LOPES, Raimundo. **Uma Região Tropical**. Rio de Janeiro: Editora Fon Fon e Seleta, 1970.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PATRIMÔNIO imaterial. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>. Acesso em 13/09/2009.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e discussão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**: volume 03. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 2ª edição. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1975.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Da escravidão à liberdade**: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil: volume 03. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.